



URS

ews

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 09 (27/04/2023)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 27 de Abril de dois mil e vinte e três

Q

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e André Geraldo da Côrte como segundo secretário. -----

-----A primeira secretária da mesa da assembleia procedeu à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Francisco Paulo Pestana, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Rúben André Freitas Nunes, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; **pelo PS**: Humberto Jorge Faisca da Silva, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Graça Maria Fernandes de Freitas, Laureano Secundino Ascensão de Macedo, Elsa Maria de Abreu Gomes; **pelo CHEGA**: Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João Pedro Garcês Mendes Correia (Em representação do PJJ da Ribeira Brava: Marco Nuno Correia Martins (RB1)), João David Jardim de Sousa (PJJ Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJJ da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJJ da Tabua). -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador Rafael João Figueira Sousa, o Vereador José Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva.-----

-----Pelas 10 horas e 15 minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Prosseguiu-se a discussão da ata da sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2023. Os seguintes deputados não votaram por não terem estado presentes na referida sessão: Graça Maria Fernandes de Freitas, Rúben André Freitas Nunes e João Pedro Garcês Mendes Correia. O deputado Bruno Mino Garcês Mendes Correia ainda não se encontrava na sessão no momento da votação.-----

-----A ata da última sessão foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

-----A senhora Presidente da Assembleia informou que os deputados Hélder Manuel Gouveia Gomes (RB1), Rui Pedro Fernandes de Almeida (PS) e Marco António Abreu Junqueira (RB1) não puderam estar presentes e que estavam a ser substituídos pelos seguintes deputados: Francisco Paulo Pestana (RB1), Graça Maria Fernandes de Freitas (PS) e Rúben André Freitas Nunes (RB1), respetivamente. Mais informou que o PJJ Ribeira Brava, Marco Nuno Correia Martins (RB1), fez-se representar por João Pedro Garcês Mendes Correia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) cumprimentou todos os presentes e começou por referir que no contexto das comemorações do 25 de Abril e no contexto das comemorações do 50.º aniversário do Partido Socialista queria evocar dez mulheres da Ribeira Brava que foram as primeiras mulheres vítimas da PIDE. Referiu que, infelizmente, no contexto das comemorações da Ribeira Brava essas mulheres tenham caído no esquecimento, e que parece impossível que seja um Museu Nacional, Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, a as evocar e as lembrar, em Lisboa. O senhor deputado prosseguiu indicando os seus nomes: Ludovina de Jesus da Côrte, Agostinha de Câmara, Francisca de Andrade, Maria de Jesus Silva, Maria Rosa de Abreu, Maria de Jesus Andrade, Conceição da Câmara Rodrigues, Teresa da Côrte, Virgínia de Jesus e Maria de Sousa. O senhor deputado indicou que estas mulheres foram aprisionadas, apanhadas ao acaso na rua, no contexto da Revolta do Leite, foram levadas para a Cadeia da Mónicas, ficando presas durante três anos. Deixou o repto ao executivo para que estas mulheres sejam lembradas num memorial no concelho, uma vez que merecem o seu lugar na história da Ribeira Brava. O senhor deputado abordou o campo de futebol da Adega, exibindo perante a Assembleia uma fotografia do local. Referiu ser um local que antes

MF
evb

A



JTRD
e/s
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

era de jogos de prática de pádel, estando convertido agora em entulho. Realçou a péssima imagem, que se trata de um local de passagem para muitos turistas, e que a Ribeira Brava também é as zonas altas onde está a haver grande fluxo de turismo, nas serras e levadas. Questionou o senhor presidente o que tenciona fazer para aquele espaço e o que está previsto e de quem é a jurisdição do mesmo. O senhor deputado deu conta do incêndio que decorria na Boa Morte. Dirigiu-se ao representante da Junta de freguesia da Ribeira Brava e abordou a colocação de uns varandins de ferro em cima de uma levada, na Pedra Mole, no Caminho do Lombo, e questionou para quem se destina esses varandins que só tem 2-3 metros em cima de uma levada. Apontou alguns problemas da levada e pedidos feitos para resolução dessa situação, e abordou a situação perante pessoas de mobilidade reduzida. Solicitou que fosse verificada a obra. Abordou o parque de estacionamento da Serra de Água referindo que há dois pisos que estão ocupados e fechados e quando há festividades na freguesia os carros ficam a obstruir vias e passagens. Questiona o que está a ser guardado lá, porque está fechado e o que tencionam fazer do mesmo. Falou da Universidade Sénior, das sessões dinamizadas na Biblioteca Municipal, da questão de não falarem à vontade no decorrer das atividades. Referiu que assim não vale a pena as pessoas irem. Solicita que seja encontrada a melhor solução para que o espaço tenha o melhor uso possível e sobretudo a Universidade Sénior que ainda não tem espaço.-----
-----O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e começou por abordar o campo de futebol da Adegas. Referiu que a Ribeira Brava precisava de algum terreno para colocar restos de limpeza para posterior deslocação para o devido sítio. Indicou que esse espaço tem sido utilizado nesse sentido, o que desencadeou que os individuais também o façam. Indicou que estão a terminar o procedimento concursal para contratar o serviço para o transporte para o devido espaço. Informou que houve interesse de uma associação de basebol para voltar a dinamizar basebol naquele espaço. Explicou que a referida entidade fez uma candidatura para aquele espaço no âmbito do Orçamento Participativo da Região Autónoma da Madeira (RAM), mas que a mesma não foi aceite. Indicou que considera que uma parte do espaço deveria ser convertida em espaço de lazer e outra parte desportiva. Sobre o parque da Serra de Água explicou que foi construída a praceta com o parque subterrâneo e que na altura a Câmara Municipal ficou incumbida de pagar a luz do espaço. Explicou que a Câmara também tem feito as pequenas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

manutenções, mas que por vezes tornam-se grandes. Referiu que há património camarário lá guardado. Referiu que há viaturas paradas durante longos períodos no parque que não são de pessoas do concelho. Abordou o pedido feito ao Património da cedência do espaço, bem como da praceta da Tabua, durante um período, no mínimo trinta anos. Explicou que seriam as pracetas e os espaços que estão alugados. Enalteceu que são espaços que estão a precisar de manutenção. Indicou que estão a reunir documentação solicitada pelo Património para posterior reunião conjunta.-----

-----O Vereador Rafael Sousa (RB1) cumprimentou os presentes e disse que a questão da biblioteca é uma falsa questão. Deu o exemplo pessoal da sua mulher enquanto assídua frequentadora da biblioteca por questão de trabalho e estudo, e que nos últimos seis meses, durante o período da manhã que coincide com o período da Universidade Sénior, não há nenhum aluno a estudar. Explicou que o que se verifica é a presença de adultos, frequentes utilizadores para leitura do diário e que exigem silêncio nesses momentos. Indicou que neste momento quem está a dar vida à biblioteca são os alunos da Universidade Sénior. Indicou que a situação do barulho é muito ocasional, muito pontual, irrisória.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) disse que não se trata de uma questão pontual e que também por conhecimento através de um familiar, que as pessoas não se ouvem e estão sempre a pedir-lhes para se calarem. Referiu que a biblioteca não está devidamente concebida, que é um problema de infraestrutura, de um adequado isolamento. Enalteceu que a biblioteca não tem gabinetes para o estudo privado nem em grupo. Referiu que se a biblioteca está às moscas é porque está com dificuldades em dinamizar iniciativas para atrair outras pessoas para o espaço. Referiu que era caso para se dizer que se a biblioteca não existisse ninguém dava por ela. Falou que a câmara deveria verificar a questão do espaço do menos um, para isolar o espaço e para que todos o possam usufruir em silêncio. Salientou tratar-se de uma questão de design.-----

-----Interveio o tesoureiro da Junta de Freguesia da Ribeira Brava, João Pedro Correia (RB1). Cumprimentou todos os presentes e referiu que não conseguia dar resposta à intervenção do deputado Laureano Macedo (PS), lembrando que no dia 12 ou 13 de Abril houve assembleia de freguesia e que esse assunto deveria ser tratado lá e não em

ews
VTR2
A



CVB

UTB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

assembleia municipal. O deputado agradeceu à Câmara e ao senhor presidente todo o apoio prestado na semana da freguesia que ocorreu no mês de Março.-----

-----Tomou a palavra o deputado Luís Vicêncio (CHEGA), cumprimentando todos os presentes e questionando a presidente da assembleia por que razão é que constantemente é dado um tempo privilegiado, muito mais alargado, aos deputados do PS, sendo constantemente as primeiras pessoas a falarem. Dirigiu-se ao senhor presidente da câmara abordando a Estrada do Pico Ferreiro, a subida, referindo que necessita de ser alcatroada urgentemente por existirem muitas pedrinhas soltas, e que qualquer dia só será possível subir de jipe ou com tração às quatro rodas, porque está a ficar num estado um bocado degradado. O senhor deputado falou também sobre a presença de amianto no antigo armazém da banana, referindo haver equipamentos de base que necessitam de uma alteração urgente. Falou ainda do estacionamento na Tabua, dizendo que está cada vez mais descontrolado, havendo carros que são abandonados no parque coberto e que há uma certa passividade por parte da câmara uma vez que já é um tema abordado em sessões anteriores. Referiu que poderá ser feita alguma influência para tentar resolver, apesar de não ser responsabilidade direta da câmara. Mais indicou que considera que a Ribeira Brava tem de deixar de ser uma zona só de passagem, tendo que haver mais ideias, mais investimento para atrair turismo para o centro da Ribeira Brava. Falou que é de importância haver um hotel no concelho. Indicou que seria importante o senhor presidente definir se é um objetivo do município ou se não há interesse em ter uma unidade hoteleira instalada no centro. O senhor deputado abordou ainda a foz da ribeira, o lado esquerdo, o areal com balizas já em estado degradado, referindo tratar-se do coração do concelho, e que dá uma sensação de abandono. Questiona se o espaço faz parte de algum projeto e indica que precisa de um melhoramento como se vê em todos os outros concelhos da Região.-----

CVB

-----A senhora presidente da assembleia respondeu que não dá mais tempo ao PS do que as outros, que o que acontece é que o PS levanta a mão primeiro que os outros.-----

-----O senhor presidente da câmara começou por salientar que a biblioteca municipal não está às moscas. Referiu que através de uma pesquisa rápida no Facebook é possível verificar algumas das últimas actividades realizadas, indicando-as e referindo que até nem tudo é publicitado. Indicou que acham que a biblioteca necessita de obras e que estão a



WS

MPS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ser vistos orçamentos e possibilidades de arranjar financiamento. Sobre a questão do Pico Ferreiro o senhor presidente referiu que há conhecimento de que há lá uma zona que se começa a degradar e que irão tentar resolver pelo menos uma parte na contratação que está a ser feita, ou na próxima. Sobre o armazém da banana indicou que é uma questão particular. Quanto ao estacionamento da Tabua explicou que tem sido feito alguma coisa lá, e que da maneira como o espaço se encontra até custa mandar funcionários para o local. Indicou que já foi convidada a sair uma oficina que foi instalada no local, e que a polícia também é chamada para intervir durante a noite. Explicou que a Câmara não tem jurisdição sobre o espaço e que, há semelhança do da Serra de Água, também paga a luz. Referiu que há infiltrações que chegam à cozinha da Casa do Povo e que as obras de manutenção do espaço estão orçamentadas na casa dos cem mil euros. Falou da questão da cedência do espaço à Câmara, e na possibilidade de colocação de uma cancela no parque para evitar carros abandonados. Falou da questão da necessidade de reclamar para se fazer ouvir, e que quando a praça da Tabua foi inaugurada havia um repuxo que nunca funcionou, mas que em tantos anos de membro da assembleia municipal nunca ninguém se queixou. Sobre o turismo abordou a revisão do Plano Diretor Municipal em 2015, indicando que abriram, e foi a intenção, abrir o nosso concelho ao investimento, permitiram a redução/ isenção de taxas para situações que criem postos de trabalho. Indicou que os investimentos na área do turismo, hotéis ou pequenas unidades hoteleiras, não alojamento local, sempre que peçam têm tido esses benefícios. Informou que reuniu com o arrendatário do Hotel Brava Mar e que a expectativa é abrir para breve. Mais informou que, há um investimento em vista para o concelho e que a alteração do PDM já terá isso em vista, explicando que a oferta que se quer promover está sempre a diversificar. Realçou que o PDM em termos de turismo, em vários alinhamentos, há execução das zonas florestais, desde espaços urbanos até espaços agrícolas o investimento em turismo é compatível. Referiu que talvez já era para haver uma unidade hoteleira no município, dado o trabalho que tem sido desenvolvido, mas questionou quantas unidades hoteleiras abriram desde 2013 para cá, na costa sul da ilha. Apontou Câmara de Lobos na reformulação da baixa e o Saccharum que já tinha iniciado. Indicou que não será a Câmara a fazer o hotel e que tentam criar ferramentas e incentivos para quem queria se alocar na Ribeira Brava com área hoteleira. Apontou os projetos apresentados e outros

WS



UVA
CS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

B

exemplos no sentido de construção hoteleira, apontou a situação da Pousada dos Vinháticos. Indicou que se impressiona que as pessoas se queixem, e depois existe um evento como o Encontro de Bandas que acabara de acontecer e às 10:15 horas da noite não havia nenhum local que tivesse a cozinha aberta para servir os interessados. Referiu que por vezes é questionável se vale a pena. Indicou que o turismo também quer qualidade! Sobre a questão da praia o senhor Presidente explicou que por norma é dado um jeito sobre a parte apontada. Indicou que a fase de inverno é uma fase de levadias e que as balizas são deixadas para quem quiser praticar desporto, o que não tem acontecido. Indicou que iriam iniciar a recuperação daquela área, já para as festividades do São Pedro, e a seguir para a praia de verão. Mais indicou que há possíveis interessados em usufruir da área, dando o exemplo do voleibol de praia.-----

----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) pediu desculpa por contrapor relativamente à questão do valer ou não a pena, referindo que tem de valer a pena. Deixou a questão se se resolver a situação do areal, por si só, não é o início. Referiu que as pessoas precisam de ver algum investimento, e que sabe que o senhor presidente tem alguma obsessão com o controle de custos, e bem, não se gasta mais do que aquilo que temos, mas que por vezes não é preciso grandes investimentos. Indicou que também gostava que o local fosse um sítio aprazível e que se conseguisse ter uma boa qualidade de vida. Realçou que não é o que temos neste momento, sendo uma situação que não é agradável à vista e que necessitava de ação, de ideias. Realçou que o presidente é o líder máximo do concelho daí o pedido.-----

----O senhor presidente da câmara explicou que não está em questão o valer a pena. Explicou que basta ver o que tem acontecido nos últimos 8 anos na baixa da Vila. Referiu que não é obcecado por contas, que o que não quer é deixar uma câmara como recebeu.

----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) disse que a câmara não pode se pôr numa situação de avançar seja com o que for, obras... Indicou que acha que o que a Ribeira Brava necessitava era de uma pessoa que investisse na Ribeira Brava, mas que já tenha um historial de hotelaria bem sucedido. Considera que já deve ter sido dito ao presidente, em conversas informais, porque é que a Ribeira Brava não é um sítio que interessa aos grandes empresários, porque se todos conseguem ter hotéis de centro no concelho... referindo que só tínhamos a ganhar com isso. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Bruno Correia (RB1) referiu que o CHEGA ainda não existia e ele já dizia que tinha de haver um hotel na Ribeira Brava. Disse que ninguém diz para a câmara ou o presidente fazer um hotel, mas sim tentar de alguma maneira facilitar a que isso aconteça. Indicou que o pretendido é um hotel grande e que não há terrenos de grande dimensão, sendo necessário comprar terrenos de vários. Falou que a zona ideal era na zona da antiga pedreira que até tem uma mancha para turismo. Reforçou que sabe que é difícil mas que é para tentar mensalmente ver alguma forma. Disse que a biblioteca é dinamizada, e que a cultura que se dinamizou há muitos anos é dos estudantes irem para os cafés estudarem. Referiu que essa situação não tem nada a ver com as dinamizações da câmara. Falou das dinamizações na vila que resolvem o problema naqueles dias, mas o problema é todos os dias. Abordou a Rua 6 de Maio, indicando ser cada vez menos cultivada, para falar da questão das levadas referindo já não serem levadas de regantes mas sim de águas pluviais. Falou que muitas levadas passam por baixo de casas e que é preciso ver essa situação que está a criar problemas. Disse que apesar de serem terrenos privados são águas pluviais que vêm de toda a gente, não sabe até que ponto é responsabilidade da câmara ter que resolver o problema, uma vez que foram aprovadas debaixo de casas e que não deviam ter sido aprovadas.-----

-----O senhor presidente da câmara começou por referir a mancha para turismo existente na marginal que foi colocada no primeiro executivo que presidiu, aquando da revisão ao PDM, referindo que tentaram sempre criar ferramentas. Indicou que, no seu ponto de vista, pode não haver grande interesse por já começaram tarde e pela proximidade ao Funchal. Realçou que devido à malha urbana da Ribeira Brava, tão condensada que está, já não é em qualquer sítio que se consegue fazer um hotel com alguma dimensão. Relativamente às levadas, referiu que são levadas privadas e que há pessoas que regam e têm agricultura e que vão à ribeira, canalizam a água para as levadas e depois mandam a água para a frente. Referiu que é um problema as que passam de baixo de casas e junto a edifícios, em que as caves na altura de construção foram mal impermeabilizadas e que têm tentando resolver algumas situações. Realçou que se os regantes depois de terminarem tapassem a levada novamente, a situação praticamente se resolvia. O senhor presidente explicou que a levada privada não aparece cadastrada. Indicou o Regime da Urbanização, e que a questão da levada é uma questão de direito privado.-----

ens

MFA

A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Tomou a palavra o deputado Laureano Macedo (PS) questionando quanto tempo dispõe. Após resposta da Senhora presidente da Assembleia que dispõe de 3 minutos, o senhor deputado referiu que o PS não usurpou o seu tempo de exposição, e que não entendia a atitude do CHEGA a espicaçar o grupo. Referiu estar apenas a cumprir o Regimento. Sobre trazer grandes investidores para o concelho, o senhor deputado indicou que temos um PESTANA em que os ascendentes são da Boa Morte, para tentarem ir lá convencê-los a fazerem um hotel. O senhor deputado realçou a falta de parques de campismo, uma vez que já vêm muitos turistas em voos baratos para a Madeira e não vão para hotéis com os preços proibitivos que quase praticam, seja em alojamento local como em hotéis convencionais. Reforçou que um dia podemos acordar com um turista acampado no jardim de alguém. O senhor deputado indicou que considera que poderia ser uma solução nas zonas altas, ou noutros espaços e como fonte de receita para esta Autarquia, disponibilizar alguns parques de campismo para este novo segmento turístico que está a chegar. Realçou a paisagem excecional da Ribeira Brava para que esse espaço possa ser pensado.-----

-----O Vereador Rafael Sousa (RB1) interveio para esclarecer que quando falou que durante o dia há espaços na biblioteca em que não há alunos, não se referia em termos de atividades, realçando o trabalho desenvolvido na Biblioteca e as atividades desenvolvidas.-----

-----Interveio o deputado António Silva (RB1), cumprimentou todos os presentes e falando do tema dos parques de campismo, propôs ao senhor presidente da câmara a utilização do campo de futebol da adega, para fins de campismo/ caravanas.-----

-----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) abordou a questão dos preços praticados em hotelaria, e que na abordagem do deputado Laureano Macedo (PS) foram indicados como escandalosos, referindo que isso não corresponde bem à verdade, havendo várias tipologias de hotelaria. Mais indicou que qualquer casal jovem que venha de um país, principalmente que não seja socialista, consegue muito bem pagar uma estadia num hotel.

ews
MP



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O senhor presidente começou por dizer que gostaria de dar algum relevo à vida concelhia, começando por indicar que estão a decorrer 4 empreitadas: o caminho da Boa Morte, a Corujeira, o Porto da Ribeira e a obra de Regeneração do Centro da Vila. Deu conta de um incêndio que decorria acima do Parque Empresarial e do ponto da situação, tendo em conta a conversa com o senhor comandante antes da sessão, isto ao falar de uma situação que se passou na Ribeira Funda. Esta última situação prende-se com a queda de um muro que colocava em causa a estabilidade de uma casa. Explicou que tentaram improvisar uma vereda e que já tinha sido solicitado o seu alargamento, pelo que estavam a ver orçamentos e a analisar o custo/ benefício para tentar fazer dois em um. Indicou que em processos concursais está a questão do Tranqual, o caminho agrícola da Pedra, o centro da Serra de Água. Mais indicou que estavam a finalizar um processo de pavimentações diversas para ver se resolvem o problema na Estrada do Pinheiro e também na zona perto das estufas. A nível cultural salientou o encontro de bandas, que decorrerá no dois fins de semana anteriores. Enalteceu a parceria que houve entre a Associação de Bandas, o Governo Regional, nomeadamente na Secretaria do Turismo e Cultura, de voltar a proporcionar este evento, num formato diferente de dois fins de semana. Realçou que é das poucas atividades culturais que são feitas de forma descentralizada, fora do Funchal. Deixou uma palavra de apreço e de agradecimento pelos dois fins de semana ricos e de homenagem à cultura musical que as bandas madeirenses têm feito. Enalteceu que durante muitos anos foram a única escola de música que havia nas zonas mais isoladas. Referiu que iam dar início à semana cultural onde havia a recriação da cabotagem, o realçar das nossas tradições, o dar ênfase ao livro e à leitura. Indicou que a cerimónia do dia do concelho seria no sábado de manhã, em que haveria o hastear das bandeiras, a visita aos bustos e depois a sessão solene onde haveriam homenagens a várias entidades e ribeirão-bravenses, nomeadamente a atribuição a medalhas de mérito à: Prof. Alda Almeida; ao senhor José Duarte; ao senhor Manuel Gonçalves (Sr. Serrão); ao

CNS

MTE

A



C/S

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

WTR

senhor Luís Sousa, ao Lar da Santíssima Trindade, ao Sr. Padre Bernardino Trindade, ao Lar de São Bento, ao Prof. Eleutério Côrte, e às jovens Júlia Ochôa e Carolina Aguiar, e a atribuição de votos de louvor/ congratulação: à Associação Desportiva da Serra de Água e ao Clube de Teatro Voo à fantasia, da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares. Referiu as dinamizações da Biblioteca e do Espaço do Artesão e que já estava a ser preparado o Rali da Ribeira Brava e o dia da criança. A nível da educação falou da aquisição de vários instrumentos musicais (sobretudo de cordas-braguinhas, xilofones, metalofones, mesa de som, claves, matracas) para distribuir pelas várias escolas. Explicou que houve reunião com professores e diretores das escolas para conhecimento da realidade existente e apresentação de propostas. Indicou que houve igualmente reunião com a diretora de serviços das atividades artísticas, da Secretaria da Educação, a Prof. Natalina. Referiu que foram adquiridos os instrumentos e entregues às escolas e que foi um gosto ver a reação e satisfação dos professores que disseram que era a primeira vez que estavam a ver um instrumento novo naquela escola. Falou do apoio às escolas e indicou que tem aparecido muitos pedidos para apoios a viagens e que tem sido privilegiado quando são projetos e que noutras situações são atribuídas algumas. Abordou o Trail Escolar da Ribeira Brava realizado no Campanário, referindo ser o único que se faz na Madeira, sendo já a sexta edição, que contou com mais de quinhentos participantes. Indicou que é uma mais valia e que tem percorrido todo o concelho. Reforçou como é que ainda nenhum clube no Município pegou no Trail para dinamizar, enaltecendo os trilhos do concelho, que são elogiados como os melhores sítios para Trail, e que de ano para ano o número de participantes tem vindo a aumentar. Sobre as limpezas indicou estarem numa fase crítica devido ao número de funcionários que estão de baixa, e que para fazer duas equipas de limpeza, mais jardins, está complicado. O senhor presidente disse que está a ser ponderado abrir procedimento concursal para uma empresa para fazer limpezas. Sobre a área social indicou que é patente quase todos os meses o aumento do número de idosos que beneficiam do cartão do idoso e que continua o apoio às creches. Indicou que decorre a fase de alteração do PDM e atualização do Plano de Emergência. Falou ainda do processo que decorre na Madeira para alteração do financiamento aos Bombeiros provenientes de Associações Humanitárias, como acontece com os da Ribeira Brava. Explicou que a ideia no fundo é equiparar em termos de vencimento aos sapadores e que

A



CNS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

vai haver uma reunião para discutir esse tema. Explicou a sua perspetiva e que não concordou com a proposta inicial. Terminou referindo que estão e vão continuar a trabalhar para indo colocar situações no terreno, a todos os níveis: sociais, educacionais, culturais, investimento público... Realçou que as contas estão em dia e que tudo vai sendo feito na medida das possibilidades.-----

VITEZ

A

----Interveio o deputado Vítor Abreu (RB1), cumprimentando todos os presentes e abordando a pedra/ central de betão existente entre a antiga marginal e a Tabua, considerando que o silo em cimento que está no ar está em perigo, oxidado, em risco de queda em caso de temporais, sendo um perigo para a via que está aberta ao trânsito. Falou também dos poços de água que lá estão, com muitos mosquitos, e sobre a possibilidade de falarem com os proprietários para resolver.-----

----O senhor presidente respondeu, pelo que sabe, que é do Governo Regional e que é uma zona que está catalogada no PDM como zona para investimento turístico. Sobre os poços referiu que se há algum ainda a funcionar...porque a maior parte deles foram partidos aquando da recuperação da marginal Ribeira Brava- Tabua.-----

----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que já em outras sessões ordinárias têm vindo a apelar para atenção para o Caminho do Lombo – Pedra Mole, Caminho da Levadinha que está cada vez mais esburacado, mais difícil de descer, e que necessita de alguma manutenção por parte da Autarquia.-----

----O senhor presidente respondeu que essa zona da Pedra Mole está a aguardar o fim de uma aquisição de cimento pronto para ir para esse local. Explicou que foi ponderado a realização dos trabalhos com betuminoso ou cimento, sendo que será com cimento e que o caminho terá de fechar entre 1 a 2 dias.-----

PONTO 2 - Apreciação e votação da Prestação de Contas referente ao ano de 2022, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----O senhor presidente explicou que até ao fim de abril, o Município da Ribeira Brava tem de apresentar via plataforma própria a execução das contas, a forma como foram realizadas as contas do ano 2022, a chamada conta de gerência. Mais explicou que a conta é aprovada pelo executivo camarário e é apreciada e votada na Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Indicou tratar-se mais de um documento técnico do que político. O senhor presidente abordou os valores da receita executada, referindo que houve uma execução de 86,58%, e que cerca de 57% da receita teve a ver com transferências correntes recebidas: transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal. Explicou que a segunda maior receita é os impostos directos, contribuiu para 22,12% do total da receita. Indicou que há um aumento na receita impostos directos, sendo as cobranças do IMI, do Imposto de Circulação e do IMT. Referiu que houve um aumento considerável de IMT no ano passado, tendo pela primeira vez ultrapassado a cobrança de um milhão de euros de IMT, fruto do dinamismo imobiliário. Enalteceu que a Ribeira Brava não é o único concelho que está a acontecer mas também não é o pior, e que a Ribeira Brava começa a ser um sítio onde as pessoas querem vir viver. Indicou os valores executados relativos: a taxas, multas e outras penalidades, onde se incluem as verbas do direitos de passagem e as verbas dos licenciamentos municipais em termos de urbanismo que também tem subido. Mais indicou a vendas de bens e serviços, que também subiu, onde se incluem a questão dos alugueres, parques de estacionamento e parcómetros. Referiu que a receita de estacionamentos quando comparado com 2019, que foi um ano em que não houve pandemia, é ligeiramente superior, o que indica que há mais pessoas a virem e a ficarem na Ribeira Brava, e os tempos de paragem têm sido maiores. Abordou os valores das transferências de capitais, e dos valores de empréstimos. Indicou que de uma forma geral houve um aumento da receita corrente em cerca de um milhão de euros comparativamente com o ano 2021, mas em termos de receita capital houve uma redução perto dos três milhões de euros, o que em termos de execução foram cerca de menos 1,7 milhões de euros. Explicou que a quebra de capital foi porque nesse ano não houve “fundos extraordinários”: Lei de Meios; Fundos Comunitários, porque não abriu candidaturas. Explicou que em 2022 não houve nenhuma obra do PRODERAM, não houve fundos da ADRAMA, não tivemos Lei de Meios, o IDR está a ser praticamente executado em 2023, daí essa quebra. A nível da despesa esclareceu que executaram cerca de 9,9 milhões, cerca de 81,42%. Explicou que se houve decréscimo na receita obviamente que houve na despesa, relativamente a 2021, e que foi em cerca de 2 milhões de euros. Referiu que a maior despesa foi aquisição de bens e serviços que subiu relativamente a 2021 e tal deveu-se a um trimestre relativo a iluminação pública sobre o qual foram pedidos

CVS

MRS

A



crs

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

esclarecimentos, que a resposta só veio em 2022 e que o mesmo foi pago em 2022, sendo cerca de 170-180 mil euros. Também deveu-se, indicou, à abertura de eventos em que é preciso começar a contratar serviços para as festas e entra tudo nesta rubrica. Referiu que houve um ligeiro aumento de despesas com pessoal. Falou da aquisição de bens de capital, referindo ser investimento público e do aumento das transferências correntes explicando que corresponde ao dinheiro que se transfere para as associações, bombeiros, casas do povo, associações desportivas, mas também o dinheiro que se transfere para os programas de emprego, para o apoio na medicação aos idosos, para pagamento de 40% da prestação da creche, o apoio na bolsa para os alunos universitários e para as Juntas de Freguesia. Abordou os valores da amortização de dívida bancária. Sobre o Plano de Investimento indicou que houve uma execução de 66.90% o que equivale a um investimento de cerca de 2,8 milhões de euros. A nível do Plano de atividades 1,8 milhões de euros, 88,22%. Informou que: - terminaram com um ativo total de 93 milhões e que há uma redução relativamente ao ano anterior; - um passivo total, referindo que não é dívida e que há várias condicionantes, de 4,1 milhão; - dívidas a terceiros, que são essencialmente dívidas bancárias, cerca de 2 milhões e meio, explicando esses valores e referindo que no momento só há dívida à banca e à Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM). Indicou que terminaram com o saldo bancário de 658 mil euros e o resultado líquido do exercício um milhão cento e noventa e um. O senhor presidente fez uma apreciação geral sobre a atividade referindo “que foi um ano, apesar de não termos fundos extras, foi um ano que trabalhamos com as nossas receitas, é um orçamento na casa dos 9, 10 milhões.” Realçou que foi um ano que voltamos a sair, a ter eventos e dinamização cultural, que foi feito e continua a ser feito investimento! “Foi um ano que começamos a aquecer para chegar ao topo.”. O senhor presidente terminou agradecendo, a todas as pessoas que contribuíram para a execução do orçamento, colaboraram consigo e com a Autarquia: “Em meu nome e em nome do Município, o meu obrigado a todos aqueles que permitiram que conseguíssemos realizar o que realizamos no ano 2022!”. Indicou que as contas de gerência foram aprovadas por unanimidade na reunião de câmara.-----

MP

A

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu ter duas observações para situações futuras: melhoria da qualidade de imagem e da paginação, porque a qualidade de imagem retardou bastante a interpretação da informação enviada, e a questão da protecção de



ews

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

dados pessoais. Indicou que tem de haver um cuidado na anonimização, pseudonimização, porque estão expostos NIF's e nomes completos de pessoas. Referiu que a utilização desta informação pode muitas vezes ser reapropriada indevidamente na infoesfera. Solicitou ao senhor presidente algum cuidado e especial atenção relativamente à exposição de dados pessoais, não só em relatórios aprovados em sede de executivo da câmara, mas também em sede de assembleia. Explicou que não estão a pôr em causa a idoneidade dos presentes, mas quando os documentos vão para a web ninguém os controla. O senhor deputado indicou que recorda que quando foi aprovado o orçamento para este ano, na rubrica de bens de património histórico, artístico e cultural a câmara ter afeto 160mil euros para parques e jardins e só foi executado 57% daquilo que foi previsto. Lamentou que não tenha sido feito uma verdadeira execução desse montante para salvaguardar árvores e espécies únicas que há no nosso concelho que eram imensamente fotografadas, dando o exemplo da Kigelia Africana. Referiu ser uma pena não ter havido uma proatividade deste executivo em transplantar a árvore para outro ponto onde pudesse ser preservado, e não levar ao abate desta árvore emblemática do concelho.-----

VMP

A

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade, com uma declaração de voto do Grupo do Partido Socialista.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) endereçou à mesa a seguinte declaração de voto: “Ponto 2 da ordem de trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27-04-2023. O Grupo do Partido Socialista votou a FAVOR do ponto dois da ordem de trabalhos sobre prestação de contas referente ao ano de 2022. Não obstante, o Grupo do Partido Socialista reitera que a Mesa da Assembleia Municipal da Ribeira Brava deve também reportar as atividades em documento próprio, como determina o art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, e do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, facto que não tem sido acatado em recomendações anteriores constantes nas atas desta Assembleia Municipal. Também foi expressamente dito pelo Grupo do Partido Socialista que o documento de prestação de contas não respeita as regras de anonimização/pseudonimização de dados pessoais que ocorrem passim no dito documento, designadamente a exposição do nome e do NIF, verificando-se o pouco cuidado dos membros do Executivo e da Mesa da Assembleia em acautelar direitos dos titulares dos dados pessoais.”-----



CNS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

PONTO 3 - Discussão e votação da Informação Financeira - Resultados Líquidos do Exercício de 2022, em conformidade com as normas estabelecidas pelo ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

VRS

AD

-----Por ausência do senhor presidente, tomou a palavra o vice-presidente Jorge Santos (RB1) para explicar o documento. Cumprimentou todos os presentes e explicou que é lucro mas não é o valor bancário. Indicou os valores e explicou tratar-se de uma norma contabilística, e que de acordo com os outros anos uma parte do valor vai para a construção de uma reserva legal para conta 55.1 e outro valor para a 56.1. Indicou que tem sido por norma assim todos os anos, incluir nos resultados líquidos do exercício, segundo esta norma meramente contabilística.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.-----

-----Foi aprovado que o ponto 4 e ponto 5 iriam ser apresentados em simultâneo e a sua votação posteriormente em separado. -----

PONTO 4 - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento - Receita e Despesa 2023, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

PONTO 5 - Discussão e votação da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2023, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Tomou a palavra o senhor presidente da câmara informando que o Município terminou em saldo de conta com cerca de 658 mil euros. Explicou que para poder usar esse dinheiro é preciso colocar no orçamento de 2023 e que a revisão é exatamente por isso. Sobre a despesa corrente deu o exemplo da iluminação pública em que são pagos 4 trimestres e estão cabimentados os 4 trimestres, sendo que o último trimestre do ano passado só é faturado e pago este ano. Explicou que um trimestre que estava previsto para este ano já foi, e por isso estão a reforçar por que o último trimestre até Dezembro tem de estar cabimentado, embora não seja pago. Apontou outros elementos e explicou que a iluminação de natal quase sempre é paga no mês de janeiro, referindo que tem de haver



WS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

verba disponível e cabimento para o concurso da iluminação este ano. Explicou ainda que há um alteração do plano de investimento porque surgiu a abertura por parte do IDR de um programa a nível da eficiência energética de edifícios públicos e foi feita a candidatura. Esse projeto não tinha sido contemplado no plano de investimento, mas tinha sido contemplado na parte recuperação de edifícios públicos, e foi nesse sentido feita a candidatura. A nível do IDR alertaram que era necessário o nome do projeto constar no plano de investimento, daí a revisão do plano.-----

MTBZ

AD

-----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) questionou qual o critério de alteração de iluminação, ou se por lei tem de ser feito o mais rapidamente possível essa substituição.

Referiu que se queremos tornar o centro mais atrativo, o centro está muito escurecido.---

-----O senhor presidente da câmara explicou que relativamente à eficiência energética e a iluminação LED há um pacto feito pelas várias autarquias, chamado o Pacto dos Autarcas, na redução de emissão de CO2 até 2050. Explicou também que quando estão a fazer obras novas já está a ser contemplado que seja colocado iluminação LED. Referiu que nos arraiais as lâmpadas já são todas LED. Sobre a Vila explicou que se percorrêssemos a zona histórica havia umas dez ou quinze variedades de candeeiros diferentes, alguns até super ferrugentos. Indicou que o que pediu na altura ao Gabinete Técnico é que se colocasse iluminação LED com potência equivalente ao que estava e que já aproveitaram e compraram o mesmo tipo de candeeiro, que tem sido utilizado e até está personalizado com a identificação do Município. Considera que a célula como está, a agir particularmente e com pouca diapasão de luz, o centro da vila ficou ligeiramente mais escuro. No entanto, o senhor presidente realçou que frequentemente têm alertas da Sociedade de Proteção das aves que à noite não pode ter muita luz e que encadeia as cagarras. Esclareceu também que quando há pedidos para candeeiros em veredas, é analisado e adquirido lâmpadas fotovoltaicas e estão a ser colocados candeeiros fotovoltaicos, dando o exemplo da ponte que passa para a Fajã. O senhor presidente explicou que a substituição das luminárias na rua, nas estradas e veredas municipais, é feita pela EEM. Indicou que essa entidade fez uma candidatura e numa fase iam alterar 10% das luminárias do concelho para LED. Questionaram a Câmara quais as ruas ou estradas que eram prioridade. O senhor presidente explicou que o que foi feito, mediante o cadastro, é que se substituísse primeiro nos locais onde existiam ainda lâmpadas de 250



ens

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

watts. Referiu que quem altera é a EEM, mediante proposta ao Município, uma vez que é a Câmara que paga toda essa eletricidade. Falou dos túneis que dão acesso ao parque empresarial e que dos 660mil euros pagos o ano transato de iluminação pública, cerca de 70 mil euros, ou mais, foi só para aquela estrada do parque empresarial que está acesa noite e dia, reforçando que devia ser feito um investimento para mudar para LED. O senhor presidente deu conta de um levantamento que foi feito de candeeiros em zonas que não eram públicas em que foi mandado desligar o candeeiro. Falou de uma próxima fase já comunicada à EEM para colocar temporizadores, referindo que há determinadas veredas que não se justifica ter luzes acesas entre a meia noite e as 6 da manhã, dando o exemplo da Furna.-----

WV

A

----O deputado Laureano Macedo (PS) disse que atendendo a que nas zonas altas há iluminação muito desordenada seria importante que o senhor presidente incentivasse a EEM no sentido de reduzir/ reordenar o número de fios. Indicou que até já foi questionando sobre os mesmos por turistas ao que respondeu: chamasse Governo Regional-EEM. Realçou que não é preciso ter postes de luz de metro a metro, que prejudica a paisagem que é a nossa galinha dos ovos de ouro.-----

----O senhor presidente da câmara referiu que nas zonas recuperadas já tiraram os fios do ar. Realçou que grande parte do problema são as redes de telecomunicações. Informou estarem em vias de agendar uma reunião com a ANACOM, sobre situações que estavam a acontecer. Indicou que o excesso de cabos e fios é porque não procedem à retirada dos fios inutilizados. Concordou com a opinião do senhor deputado, referindo ser lamentável uma terra turística como a nossa ter a quantidade de fios existente. Salientou que estão atentos a essas situações e que quando aparece uma intervenção já é aproveitado para mudar, dando o exemplo da obra da escola Padre Manuel Álvares, em que a rua que sobe, que vai ter ao Vale Mar, já não tem fios. Falou que pressionaram para essa mudança e que a câmara entrou com uma parte porque não queriam, que não estava no orçamento, mas ficou a situação resolvida.-----

----O deputado Laureano Macedo (PS) perguntou se estava contemplando no documento a alteração orçamental relativamente à aquisição do imóvel para ampliação das instalações da Autarquia local.-----

----O senhor presidente da câmara respondeu que já estava no orçamento.-----



CS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

DELIBERAÇÃO PONTO 4: Aprovado por unanimidade.-----

WUP

DELIBERAÇÃO PONTO 5: Aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 - Discussão e votação da Ratificação da Denominação do Projeto "Construção da Estrada Municipal entre os Sítios Pedra Nossa Senhora e Vigia - Campanário" (Código do Projeto nº 2006/I/1 do Plano Plurianual de Investimentos de 2023), em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.---

A

-----O senhor presidente da câmara, tomou a palavra e explicou que aquando da candidatura referente, o nome do projeto não era o mesmo que estava no plano de investimento. Realçou que a rúbrica estava lá e estavam os valores, mas o nome do projeto não coincidia com o nome indicado no plano de investimento. Explicou que o PRODERAM solicitou esclarecimentos à Câmara sobre o assunto, sendo que este ponto se trata de um procedimento para resolver/ retificar essa situação. Referiu que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.-----

PONTO 7 - Discussão e votação do pedido de Reconhecimento do Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM) apresentado pela empresa Madeirahub, Lda, nos termos do Capítulo VIII, artigo 81.º, 82.º e 83.º, do Regulamento da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Ribeira Brava, publicado no JORAM, I Série, n.º 136, sob a resolução nr.º 802/2015, de 4 de Setembro.-----

-----Interveio o senhor presidente da câmara que explicou que este projeto prende-se com o edifício que era do Sousa & Filhos, localizado quase na fronteira do Campanário, que foi adquirido pela empresa Madeirahub, Lda, que está a tentar proceder à legalização do edifício. Explicou que sobre esse edifício, na altura, havia entrado o processo referente, mas que caducou, por falta de apresentação de documentos solicitados. Mais indicou que os novos proprietários querem fazer no local indústria e um centro logístico de serviços. Estão a pedir que seja considerado Projeto de Relevante Interesse Municipal porque permite algumas facilidades urbanísticas para os efeitos de legalização. O senhor presidente realçou que sendo um espaço arranjado dará logo outra imagem à entrada do concelho e que será algo que vá dinamizar a freguesia do Campanário. Indicou que esteve



ENB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

em consulta pública, que não houve contributos, e que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.-----

ENB

-----Interveio a deputada R. Carolina Jardim (RB1) questionando qual a actividade que iria ser desenvolvida no local. -----

A

-----O senhor presidente explicou que aquilo é uma zona industrial e que dentro desta, além da indústria, é permitida a prestação de serviços. Indicou que durante muito tempo uma parte funcionou de armazém da Gesba, mas que já não o é. Explicou que pretendem criar um centro de serviços e mais alguma fase de indústria.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.-----

PONTO 8 - Discussão e votação do Regulamento dos Parques Municipais de Estacionamento do Município da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O senhor presidente explicou que este regulamento foi alvo de uma auditoria por parte da Inspeção Regional de Finanças e na altura, o Município ainda estava a explorar o parque da Sociedade Ponta Oeste, pensando já em fazer alterações de forma a simplificar determinados processos. A nível de funcionamento, referiu que tem funcionado, e que sobre as atualizações em termos de pagamento, implica a aquisição de novo software e equipamento, já falado em sessões anteriores. Realçou que o pretendido é dar um refresh e ser mais transparente em determinadas situações: quem é que usa a pagar ou de forma gratuita. Explicou que foi aproveitado para simplificar o processo burocrático para aquisição de cartões de utilização do parque, referindo que era pedido fotocópias de muitos documentos. Indicou que foi criado o pacote de aluguer semanal do parque e o crediparque, que não existiam. Em termos de preços foram retirados do regulamento, tendo sido uma orientação por parte da inspeção, e passam a constar no regulamento de taxas por serem considerados taxas. Explicou os valores que sofreram alteração.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) interveio referindo que fez um contributo, não sendo nada contra ninguém apenas suas convicções que já defende há muito tempo. Indicou que tem a ver com o abuso do uso pessoal de situações que são de todos. Leu a resposta que foi dada aos seus contributos pela câmara e realçou que as condições não é terem o



CVS

CVS

CVS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

estacionamento gratuito para virem trabalhar. Indicou que as condições já são dadas pelo estatuto dos eleitos locais. Realçou tratar-se de um serviço dispor um carro para o serviço, o material de escritório, referindo que são também as condições que o privado dá. Apontou a situação que na escola é estacionamento grátis para os professores. Falou de como eram as coisas no passado junto à creche. Referiu que o que dá a entender é que tudo o que é público tem a sua remuneração e as suas mordomias e o privado é que paga tudo e sustenta tudo. Terminou referindo que são as suas convicções: um abuso do que é de todos. E que não lhe choca só o presidente estacionar gratuitamente, e que não está a ver mais nenhuma justificação para os restantes não pagarem, como toda a população paga para ir para os seus trabalhos. Salientou que dá a sensação que é um direito e que não está em lado nenhum esse direito!-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) indicou que a sua intervenção ainda se prende com a sessão ordinária anterior, sobre a questão de haver pouco dinheiro em caixa para fazer trocos. O senhor deputado disse ter ficado surpreendido por ter sido abordado pelos trabalhadores que disseram terem sido chamados à atenção por um vereador da câmara. O senhor deputado disse que não faz sentido haver uma atitude persecutória com trabalhadores que assumem acima da lealdade para com os seus dirigentes, o zelo, prestarem o melhor serviço e melhor experiência para o cliente que está a pagar. Referiu que os funcionários têm de ir fechar os portões do cemitério e quando regressam têm 3-4 pessoas à espera. Indicou que verificou que apenas tinha menos de 15 euros em caixa. O senhor deputado disse ainda que o papel higiénico não é providenciado a esses trabalhadores. Disse que essas situações foram já reportadas em conversa internamente, e que está-se a criar inaceitavelmente atitudes de represálias contra os trabalhadores. Solicitou que fossem atendidas as necessidades dos trabalhadores, por tratar-se de um serviço que é a porta de entrada e de saída do concelho.-----

-----O senhor presidente da câmara, sobre o estacionamento gratuito, referiu que o que estão a ser é transparentes e que essa situação já acontecia desde 2018 para cá, e que têm sido transparentes com o que está no regulamento. Relativamente às represálias, o senhor presidente revelou que na intervenção do senhor deputado percebeu de quem se tratava. Indicou que o funcionário estava a falhar numa situação que é trabalhar todos os dias e sugerir medidas para melhorar o seu serviço. Referiu que não chamou à atenção, nem tem



enB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

VTPZ

B

conhecimento de que o tenham feito. Indicou que foi a primeira vez que alguém se tinha queixado que o fundo de caixa era pequeno. Salientou que, o fundo de caixa raramente é usado chegando aos 50 euros e que se isso acontecesse já tinham chamado a atenção mais cedo. O senhor presidente referiu que o ser humano tem dois ouvidos e uma boca, significa que nós devemos responder a cerca de metade do que se ouve, porque nem tudo o que se ouve é verdade. Sobre a questão do papel higiénico referiu ser uma asneira de todo o tamanho, e que se dissessem que faltou um dia ou outro papel para secar as mãos, talvez tenham razão. Sobre a questão de fechar os portões do cemitério explicou que devido às patifarias que lá acontecem há essa necessidade e que é, em termos de poupança, para evitar pagar horas extra ou um salário a um funcionário só para esse trabalho, pedindo a quem está no parque, na fase calma dos parques, que execute essa tarefa. Realçou que antes de falar para fora é preciso falar internamente, com os superiores.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) interveio dizendo que tem de ser comprada uma máquina.-----

-----O senhor presidente da câmara questionou o deputado Bruno Mino (RB1) se enquanto esteve na Câmara ouviu falar de falta de troco na máquina.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) referiu que não.-----

-----O senhor presidente da câmara falou da questão do funcionamento do estacionamento.-----

-----A deputada R. Carolina Jardim (RB1) referiu que fica estupefacta quando se fala tanto da proteção de dados e depois fala-se dos funcionários da câmara na sessão. Referiu o que estavam lá para ver o que população precisa ou não precisa, e não para falar dos funcionários. Para falarem dos pontos da ordem de trabalho.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) disse que a senhora deputada não estava a falar com conhecimento da lei.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria (1 voto contra RB1; 24 votos a favor (17 RB1; 2 CHEGA; 5 PS))-----



es

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

MFZ

A

PONTO 9 - Discussão e votação da 2.º Alteração ao Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O senhor presidente da câmara explicou que o regulamento em análise foi alvo de uma alteração em 2014 e que pretenderam simplificar a documentação para as reservas mensais. Referiu que também mexeram nos tarifários de fora. Indicou que havia reservas para trabalhadores com dois tipos de salários e que acabaram com isso, sendo trabalhador do município, que tenha comprovativo de trabalho, é um valor fixo para essa situação. Mais indicou que baixaram o valor das tarifas dos comerciantes, referindo que também estava elevada. Indicou que o valor por hora aumentou, referindo o aumento nas 3 diferentes zonas de estacionamento. Mais explicou que os primeiros 15 minutos, da primeira hora, são mais caros relativamente aos outros. Explicou que esse aumento não é encarado como um lucro ou receita, mas como uma questão de ordenamento de estacionamento, e que vem no seguimento de situações que acontecem diariamente, como o tirar o ticket só quando o funcionário se aproxima do local, e também por questões de desgaste da máquina e papel. Disse que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.-----

-----A deputada R. Carolina Jardim (RB1) questionou se era os primeiros quinze minutos quando é pago na aplicação.-----

-----O senhor presidente da câmara respondeu que não, que era mesmo no ticket da máquina.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) referiu que o seu contributo é no sentido do que se está a fazer no país inteiro: benefícios fiscais para viaturas híbridas Plug-In, expondo o seu contributo e sugerindo uma isenção na taxa de 50% do valor, dando como exemplos parques do Funchal. Referiu que não teriam de ter necessariamente equipamento de carregamento. Indicou que são uns veículos de transição para o veículo elétrico e que se o Estado Português diz que sim, que tem mais técnicos, porque a câmara não... Referiu que tem umas questões técnicas, e que a justificação dá a sensação que os outros é que estão errados. O senhor deputado referiu que há quem diga que não é legal a PSP levantar a escova do carro para colocar a notificação, questionando até que ponto é legal um funcionário da câmara levantar a escova do carro e colocar o papel, podendo até danificar



ENS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

propriedade privada. Questionou ainda se não haverá outros sistemas para esses avisos chegarem a casa, exemplificando que qualquer pessoa pode levar as notificações, e que as mesmas podem estragar-se em caso de chuva. Realçou que a penalização aumenta e o interessado pode nem ter conhecimento de tal.-----

VME

B

-----O deputado Humberto Silva (PS) abandonou a sessão pelas 12 horas e 44 minutos.--

-----O senhor presidente da câmara sobre a questão dos 50% para os Plug-In referiu que teriam de mudar todo o equipamento mais antigo dos parómetros. Indicou que estão a retirar os elétricos do centro da vila, sendo gratuito mas para as zonas de cima. Explicou, quanto à questão das multas, que se a pessoa não souber, quando for notificada que tem uma dívida com a câmara pode tentar justificar. Acrescentou que sempre foi feito assim, levantando a questão como é que vão ser notificadas as pessoas.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) quis dar conta da sua experiência pessoal de estacionar junto ao centro de saúde e que mais do que uma vez acontecer colocar as moedas e não sair o ticket, telefonar para os contactos e ninguém atender, referindo que considera ser necessário melhorar a informação que lá está e a colocação de um sistema alternativo atendendo à afluência de pessoas a esse local. Realçou o semáforo que foi introduzido junto ao Centro de saúde.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) disse que a PSP manda as cartas registadas com aviso de receção, que para ser notificado tem de ser assim e não um papelinho. Indicou estar a referir isso até para o próprio bem do regulamento, para as pessoas não estarem a contestar e podendo ganhar depois em Tribunal. Ainda sobre a questão da isenção, questionou se o elétrico tem direito a todos os lugares ou se só os de carregamento.-----

-----O senhor presidente da câmara explicou que o regulamento anterior estava isenção em qualquer sítio na Ribeira Brava em zona de estacionamento, mas perante o facto de a zona da baixa estar constantemente cheia, foi feita a alteração em que a isenção de pagamentos é só permitida nas outras duas zonas de estacionamento. Indicou que com a concretização do novo estacionamento em construção as coisas podem mudar, mas para já não há lugares. O senhor presidente, ainda sobre as multas, indicou que não imaginam a falta de pagamentos diários existentes. Falou também do Protocolo com a Actividade Tributária e das fases do processo de notificação. Indicou que a pessoa tem tempo para se pronunciar e regularizar e caso isso não aconteça é que enviado para a Actividade



C/S

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Voto

Tributária. Realçou que é notório que a partir do momento que começaram a acionar, começaram a reduzir os incumprimentos.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) abordou a justificação atribuída aos seus contributos relativamente às viaturas Plug-In, explicando que uma vez que as viaturas elétricas podem utilizar qualquer estacionamento das zonas da escola para cima de forma gratuita, a questão dos equipamentos não se põe, indicando que os veículos não vão carregar sendo apenas a isenção como os outros vão ter.-----

A

-----O senhor presidente da câmara respondeu que é diferente, que as viaturas elétricas param o carro e não têm nada a fazer, o funcionário vê a viatura elétrica – está isenta! Indicou que a proposta que estava era reduzir em 50% o valor das Plug-In, mas que as máquinas mais antigas que o município tem não permite colocar redução na tarifa de 50%, é essa a situação, não se consegue.-----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) falou de uma aplicação para fazer de forma transitória.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria (23 votos a favor (17 RB1; 2 CHEGA; 4 PS))-

PONTO 10 - Discussão e votação do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

-----O senhor presidente da câmara indicou que havia noção que era necessária uma alteração e algumas clarificações no regulamento de taxas. Indicou que no geral, à exceção das taxas nos estacionamento já mencionadas, as taxas mantiveram-se mais ou menos, tendo sido arredondadas por excesso grande parte delas, podendo haver alguma situação pontual. Explicou que aproveitaram também para tentar simplificar um pouco o regulamento, exemplificando que havia um capítulo para pagamento de processos administrativos e um capítulo para pagamentos de processos no âmbito do urbanismo tendo sido criado um capítulo único com todo esse género de processos. Mais explicou que em termos de urbanismo foram feitas algumas reduções, nomeadamente redução das taxas de ocupação de espaço público para obras. Exemplificou que uma ocupação em pequena obra, uma única vez, com bomba e betoneira, chega a custar mais do que o valor do betão. Explicou que com a alteração já não é pago por área mas por equipamento.



EB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

WFS

EB

Indicou que foi reduzido o valor da substituição de cedências ao município pelo pagamento, explicando em que consistia essas cedências e exemplificando valores. Referiu que algumas situações podem levar os investidores a abandonar o investimento por não compensar, e devido a isso procederam à redução dos valores. Realçou que considera que essa redução devia ser feita na alteração do PDM. Indicou que já havia reduzido para um terço do que já estava estipulado, mas que teve que partir muita pedra para alcançar isso. A nível das cauções e dos seguros de responsabilidade civil, obras acima de determinado valor havia o critério mínimo para o seguro de responsabilidade civil, deu um exemplo específico que aconteceu na Vila e valores associados indicando que no caso o seguro não deu para colmatar a perda que houve, e referiu que esse parâmetro foi alterado e subiram para uma percentagem do valor das peças específicas da obra, em termos de investimento. Indicou que as taxas de esplanadas também sofreram alterações, e que foi simplificado o processo, havendo esplanadas com tudo ou sem nada, havendo essa clarificação e um critério/ possibilidade para pagar anualmente e não mensalmente. Ainda sobre as taxas urbanísticas, indicou o apoio às famílias numerosas, três ou mais filhos, redução em 50% nas taxas. Reforçou que foram colocadas todas as taxas ou preços que existem, e que houve um aumento relativamente a algumas taxas dos cemitérios. Realçou que esse aumento não cobre a despesa, mas que terá de ser um aumento gradual. Indicou que a situação dos ossários também foi clarificada, sendo o pagamento por espaço. Enalteceu que são precisas taxas para fazer alguma coisa e que é um processo contínuo, estando junto o estudo financeiro das taxas. Indicou que o regulamento inicial foi aprovado por maioria com abstenção do PS, e o relatório final foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria (19 votos a favor (17 RB1; 2 CHEGA): 5 abstenções (4 PS, 1 RB1))-----

PONTO 11 - Apreciação e Votação da Proposta de elaboração de um inventário do património arbóreo municipal, apresentada pelo Grupo do Partido Socialista, nos termos da al. n), ponto 1. do artigo 2º e do nº. 3 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava.-----



CS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

WTF

A

-----O deputado Laureano Macedo (PS) interveio para justificar a proposta de inventário do património arbóreo, referindo ser para evitar situações tristes como o abate da Kigelia Africana, que era uma espécie única. Disse que a câmara tinha uma verba no orçamento de 160 mil euros que poderia fazer a sua transplantação para outra entidade, com o apoio do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza ou com a Secretaria Regional de Ambiente. Indicou que o Grupo do Partido Socialista entende, a exemplo de outros municípios, que já dispõem de regulamentos para gestão do património arbóreo dos municípios, que devem ser adotadas medidas sobretudo para darem segurança no processo de abate destas espécies arbóreas, da sua classificação patrimonial, independente de estarem no domínio público ou privado. Deu um exemplo de uma situação privada acontecida no município do Funchal sobre o abate de uma palmeira. Referiu que a exemplo da história e percurso da Ribeira Brava se lembrem espécies como o famoso Castanheiro da Achada Dona Mariana que deu muita projeção internacional, em diários de viagem, no século dezanove. Concluiu que o Grupo do Partido Socialista solicita ao executivo, no sentido de repensar a importância de um inventário, porque não se pode avaliar o que não se conhece, realçando a necessidade de inventariação, patrimonialização e gestão destas espécies. Indicou a possibilidade de serem criadas taxas para que o abate não seja feito de forma indiscriminada como se verifica. Realçou que essas espécies fazem parte da nossa paisagem natural, humanizada e tem que haver algumas orientações emanadas por parte da Câmara por via de um regulamento que explicita claramente as regras aos munícipes do concelho, considerado que poderá ser criado em parceria com a Secretaria Regional e Ambiente que já tem grande parte do património arbóreo identificado.-----

-----O senhor presidente da câmara referindo que a questão das plantas de interesse está salvaguardada no Decreto Legislativo Regional 35/2008/M, em que os cortes, arranques ou transplantações de árvores florestais ou de plantas de qualquer natureza que apresentem notável interesse botânico ou paisagístico tem de ser autorizado pela Direção Regional de Florestas, sendo agora Instituto. indicou que saiu uma lei nacional e que a mesma não foi adaptada à Região. Indicou que o Funchal tem tendo em conta a dimensão da cidade do Funchal. Explicou que a Câmara conseguiu que o espaço dos jardins do Instituto Florestal fosse cedido ao Município para criar mais um pequeno jardim público.



ens

VTR

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Explicou esse processo de cedência e de recuperação da árvore. Indicou que ficou acordado com o Instituto das Florestas haver um corte de todas as árvores mais pequenas para permitir mobilidade no local e de deixar as árvores de grande porte. Explicou que a planta em causa não é endémica da Madeira e não é protegida, e que o que foi feito foi com o consentimento do Instituto das Florestas. Referiu que para fazer o estudo sugerido vai ser preciso fazer uma contratação pública, contratar um técnico florestal que perceba de plantas, e que os regulamentos poderão trazer outras consequências. Abordou novamente o decreto legislativo regional, indicando que o que consta é que esses cortes de plantas endémicas necessitam de autorização prévia do Instituto das Florestas, e que a Câmara pode substituir quando a árvore põe em perigo, mas que o que tem acontecido em casos de cortes é que tem sempre sido pedido ao Instituto das Florestas.-----

----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que ouviu atentamente as palavras do senhor presidente, e que a Ribeira Brava tem um espaço ínfimo mas tem uma mancha florestal extensa com uma parte incluída no Património da UNESCO. Referiu que considera indispensável que existam critérios para o domínio público e privado no sentido de ajudar a disciplinar os cortes. Referiu que as pessoas irão recorrer sobretudo à Câmara para emissão de parecer sobre os cortes, o que seria uma mais valia para a Autarquia dispor dessa valência, porque a maioria das pessoas não irão ao Instituto Regional de Florestas e Conservação da Natureza para solicitar esses pareceres para cortes. Considera que a Autarquia não devia ficar para trás na gestão do seu património arbóreo e que é muito bonito dizer que é um concelho que cuida das suas árvores. Concluiu dizendo que é uma proposta minimamente plausível que se possa transformar em regulamento, consultando as entidades próprias da Autarquia e do Governo Regional.-----

DELIBERAÇÃO: Reprovado por maioria (4 votos a favor PS; 2 abstenções CHEGA; 18 votos contra RB1)-----

----A deputada Teresa Nunes (RB1) cumprimentou todos os presentes e apresentou a seguinte declaração de voto: “O Movimento Ribeira Brava em Primeiro votou desfavoravelmente considerando que a Região Autónoma da Madeira aprovou através do Decreto Legislativo Regional N.º 35/2008, de 14 de Agosto, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 227 da Constituição da República e das alíneas c) do número 1 do artigo 37, e jj) oo) pp) do artigo 40 do estatuto da Região, aprovado pela lei 13 n.º 91 que



WS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

prevê a questão das árvores e plantas de qualquer natureza que apresentem notável interesse botânico ou paisagístico. Considerando que a política florestal da RAM é liderada pelo Governo Regional através do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza dispondo assim de técnicos florestais qualificados, tem como missão a gestão integrada da paisagem, da floresta, da biodiversidade, dos espaços naturais e áreas protegidas do arquipélago e ainda a pequena dimensão de alguns municípios regionais em que se inclui o Município da Ribeira Brava.”-----

-----A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria Natália Gonçalves da Silva, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. Colocada à votação, a mesma foi aprovada por maioria (23 votos a favor, 1 abstenção do PS).-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) endereçou à mesa a seguinte declaração de voto:

“Votação da minuta da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27-04-2023. O deputado municipal, o Doutor Laureano Secundino Ascensão de Macedo, do Grupo do Partido Socialista registou o seu voto de ABSTENÇÃO em relação à minuta da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2023, por motivo da confusão dos critérios de contagem dos votos ocorridos em diversos pontos da Ordem de Trabalhos e, por isso, manifesta dúvidas quanto à forma como a contagem de votos foi realizada e validada pelos membros da Mesa da Assembleia. O deputado municipal reiterou em diversas sessões convocadas pela Mesa da Assembleia a necessidade de atualização do Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava, por não estar conforme à legislação vigente, com inconsistências em diversos articulados, que geram situações antidemocráticas por parte do RB1 no exercício dos direitos dos deputados municipais.”-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas treze horas e trinta e sete minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário, nos termos do nº 2 do art.º 57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 27 de Abril de 2023,

A Presidente da Assembleia,

